

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.925 - BA (2019/0350889-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : IGOR REIS SANTOS DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : ALVARO ARAUJO PIMENTA JUNIOR - BA043915
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IGOR REIS SANTOS DE SOUSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no julgamento do HC n. 8016077-69.2019.8.05.0000.

Noticiam os autos que o recorrente "*foi condenado pelo crime previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/06, em 25/07/2019, à pena de 05 (cinco) anos de reclusão, no regime inicial semiaberto, e 500 (quinhentos) dias -multa, ocasião em que o Impetrado negou o direito do paciente recorrer em liberdade*" (e-STJ fl. 105).

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da sua prisão preventiva pelo Juízo sentenciante, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP, sobretudo considerando que "*respondeu toda a ação penal em liberdade, colaborando com as investigações, estando presente em todos os atos processuais no qual foi convocado*" (e-STJ fl. 95).

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o regime prisional semiaberto, imposto no édito condenatório, "*tem o condão de afastar o decreto preventivo automático após a sentença*" (e-STJ fl. 100).

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada sua prisão preventiva, autorizando-o a recorrer em liberdade da condenação.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 109 e 111):

Verifica-se, portanto, que a autoridade apontada como coatora, negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade, e em sequência, decretou a prisão preventiva em seu desfavor, tendo em vista a reiteração delitiva, haja vista, que concedido o benefício da liberdade provisória, na ação penal originária objeto deste writ, voltou ele a praticar crime da mesma natureza, sendo condenado por este crime, o que demonstra a contumácia delitiva, que ao contrário do quanto alegado pelo

Impetrante, é considerado , pelos Tribunais Superiores, motivação válida para imposição da medida constritiva .

Com efeito, a reiteração criminosa indica a periculosidade do agente e, por conseguinte, afronta a ordem pública, um dos requisitos previstos no art. 312, do Código de Ritos.

[...]

Ora, ao contrário do que alegou o Impetrante, o Impetrado levou em conta fato novo, qual seja, o conhecimento da prática de crime da mesma natureza, enquanto o paciente, respondia, em liberdade provisória, a ação originária objeto deste writ e consequente condenação, o que demonstra a reiteração delitiva, fundamento suficiente para ensejar a adoção da medida constritiva.

Destarte, diante de todas as argumentações ora expostas, não há que se falar que o paciente sofre constrangimento à sua liberdade de locomoção.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo

Superior Tribunal de Justiça

singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator